



A ETNOEDUCAÇÃO COMO EMANCIPAÇÃO AOS POVOS ORIGINÁRIOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Diogo dos Santos Vieira

Mestre em Ciências da Sociedade pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA),
Santarém, Brasil.

diogovieira123.stm@gmail.com

Luciandro Tássio Ribeiro de Souza

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento,
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, Brasil.

tassyandrosouza4193@gmail.com

RESUMO – O presente estudo teve como objetivo investigar o estado do conhecimento que evidencie a etnoeducação em prol dos povos tradicionais e originários no Brasil, em especial na Amazônia brasileira. O estado do conhecimento é essencial para mapear os principais estudos sobre esses fenômenos. A etnoeducação é um importante recurso, cujo objetivo principal é valorizar o conhecimento produzido por esses povos, sobretudo, abrangendo áreas como o artesanato, a cultura, as danças, os saberes socioculturais os conhecimentos tradicionais, entre outros. A metodologia utilizada consistiu em uma pesquisa bibliográfica, utilizando como método de mapeamento, a revisão integrativa da literatura em duas bases de dados: Scielo e Periódicos da Capes. Os resultados evidenciaram que existem poucos estudos que destacam a etnoeducação, especialmente no que se refere às comunidades tradicionais no Brasil e na Amazônia brasileira. Destaca-se ainda que, a maioria dos estudos se concentra no desenvolvimento de projetos de extensão.

Palavras-chave: Etnoeducação; Povos originários; Revisão integrativa.

ETHNOEDUCATION AS EMANCIPATION FOR NATIVE PEOPLES: AN INTEGRATIVE REVIEW

ABSTRACT – The present study aimed to investigate the state of knowledge that evidences ethnoeducation in favor of traditional and native peoples in Brazil, especially in the Brazilian Amazon. The state of knowledge is essential to map the main studies on these phenomena. Ethnoeducation is an important resource, whose main objective is to value the knowledge produced by these peoples, especially covering areas such as handicrafts, culture, dances, socio-cultural knowledge and traditional knowledge, among others. The methodology used consisted of a bibliographic research, using as a mapping method, the integrative literature review in two databases: Scielo and Capes Journals. The results showed that there are few studies that highlight ethnoeducation, especially with regard to traditional communities in Brazil and the Brazilian Amazon. It is also noteworthy that most studies focus on the development of extension projects.

Keywords: Ethnoeducation; Native peoples; Integrative review.

INTRODUÇÃO

Na modernidade, pesquisadores das áreas de educação, antropologia, psicologia e geografia têm buscado estudar formas e métodos que possibilitem o resgate dos conceitos educacionais e culturais relacionados à realidade dos povos tradicionais, sobretudo os povos originários, visando recuperar elementos que foram afetados pelo processo de colonização. Nesse contexto,

a etnoeducação surge como um princípio norteador capaz de contribuir para o desenvolvimento de práticas voltadas ao resgate cultural e ao fortalecimento do conhecimento desses povos.

Na geografia, estudos desse tipo podem proporcionar o entendimento de como as práticas de manejo e os conhecimentos ambientais tradicionais são fundamentais para a preservação da biodiversidade e para a construção de formas mais sustentáveis de interação com o ambiente, promovendo práticas colaborativas baseadas em saberes frequentemente marginalizados.

A importância dos estudos sobre etnoeducação para os povos originários é inquestionável, uma vez que essa abordagem fortalece a identidade e promove a autoestima dessas comunidades por meio do ensino de suas línguas nativas, da valorização de sua história, dos rituais tradicionais, do artesanato e dos saberes socioculturais que configuram a identidade dos povos indígenas. Além disso, a etnoeducação oferece a oportunidade de reconectar essas comunidades com suas raízes, promovendo a preservação de suas tradições milenares (ALVAREZ, 2023).

O Brasil possui uma identidade marcada pela colonização, e, ao longo de toda a sua trajetória histórica, a educação foi direcionada principalmente às elites, à classe dominante da sociedade, que vê no capitalismo a principal forma de produção. Em consequência, os povos tradicionais foram forçados a se adaptar a esse modelo exploratório imposto pela classe dominante, submetendo-se a diversas formas de exploração local.

O Brasil tem especial destaque nestes estudos pelos elementos próprios de seu multiculturalismo de base antropológica, com destaque para povos indígenas e comunidades quilombolas sofrem, desde 1500, processos violentos contra suas culturas, seus territórios e mesmo contra suas existências, esta última dentro de uma perspectiva ancestral, social e mesmo biológica (MORAES; SOUZA, 2022, p.3).

Durante o período de colonização, houve um processo de aculturação que afetou profundamente os povos originários, fazendo com que muitos deles perdessem o vínculo com sua própria essência e cultura. Como resultado, muitos desses povos, na contemporaneidade, se encontram isolados e restritos em termos de reconhecimento e integração social.

Embora a terra indígena tenha sido reconhecida pelo Estado na Constituição de 1934, mesmo durante a pressão do regime da ditadura militar, e mais tarde na Constituição de 1988, que reconhece diversos direitos e define o Brasil como um país multicultural (TOURNEAU, 2019), os povos indígenas ainda enfrentam ameaças constantes. Eles continuam sendo alvo de um Estado regulador que facilita a exploração de áreas preservadas.

Atualmente, o capitalismo e a exportação no Brasil ainda são privilegiados como forma de promover um modelo de desenvolvimento nacionalista. Nesse contexto, os povos indígenas permanecem marginalizados, vivendo em suas aldeias e enfrentando ameaças constantes de latifundiários e garimpeiros, cujas práticas exploratórias, sendo assim, “o contexto brasileiro aumenta em complexidade pela não resolvida questão fundiária de povos indígenas e de comunidades tradicionais que alimentada pelos interesses hegemônicos e pela polarização política recentes, acumula-se com os déficits existentes de políticas públicas de saúde e educação[...]” (MORAES; SOUZA, 2022, p.3).

Essas ações nefastas em relação aos povos originários podem ser exemplificadas pelo governo de Jair Bolsonaro, especialmente no que diz respeito aos povos Yanomami. Entre 2018 e 2022, a política adotada por seu governo, caracterizada como necropolítica e genocida, contribuiu para a perpetuação da violência e da negligência contra os povos indígenas, afetando diretamente seu direito à terra e à vida.

Em síntese, o artigo em questão tem como objetivo discutir os estudos que estão sendo desenvolvidos no Brasil sobre a etnoeducação voltada para os povos indígenas. Para tanto, por meio de uma revisão integrativa da literatura, foram realizadas pesquisas criteriosas que verificaram os estudos mais recentes dos últimos dez anos, com o intuito de identificar e apresentar subsídios e avanços inovadores no campo da etnoeducação dos povos indígenas no Brasil.

ETNOEDUCAÇÃO COMO DIREITO AOS POVOS ORIGINÁRIOS

A etnoeducação para os povos indígenas é uma abordagem pedagógica que visa valorizar e respeitar a cultura, a história e os conhecimentos tradicionais dessas comunidades. Trata-se de uma forma de educação intercultural que reconhece a diversidade étnica e cultural como elementos fundamentais para a construção da identidade e para o desenvolvimento social, cultural e educacional dessas populações.

Essa abordagem reconhece a importância dos saberes tradicionais indígenas e busca integrá-los ao currículo escolar, promovendo uma educação alicerçada nos princípios da interculturalidade, da valorização da diversidade cultural e do respeito às especificidades dos povos originários. Isso inclui a valorização da língua, dos costumes, da história, dos modos de vida, dos rituais e dos conhecimentos vinculados à ancestralidade. Como destaca Alvarez, a etnoeducação é um:

Processo metodológico multidisciplinar no campo da educação patrimonial que visa a valorização dos saberes e das tradições (patrimônio material e imaterial) e o respeito pelo outro. Reconhece o pertencimento dos sujeitos em seus grupos sociais e lugares e inclui estratégias de pesquisas educacionais que promovam a memória coletiva. Ação educativa dinâmica, participativa e ética que ocorre em ambientes escolares e fora deles. Essa abordagem se constrói na partilha e na convivência (ALVAREZ, 2023, p.803).

A etnoeducação voltada aos povos indígenas busca também promover a participação ativa das comunidades nos processos educacionais, incentivando a autogestão e a autodeterminação desses povos no campo da educação. Isso implica a construção coletiva do currículo, com a participação das lideranças, professores indígenas e famílias, garantindo que o processo educacional seja condizente com a realidade e as necessidades locais.

As dimensões educacionais são fundamentais para colaborar com os conhecimentos da etnoeducação, especialmente na área de geografia. As concepções de espaço e tempo, intercalando as cosmopolíticas dos povos indígenas e afro-brasileiros, podem oferecer uma compreensão distinta do modelo linear e cartesiano dominante. Esse entendimento pode ser discutido dentro de uma abordagem geográfica e educativa.

Outros fatores que podem ser elucidados na relação entre etnoeducação e geografia são os estudos de territorialidade indígena e quilombola. A geografia desempenha um papel importante nesse contexto, proporcionando uma análise de como esses povos interagem com o território e como seus saberes tradicionais influenciam a forma de ocupar e transformar o espaço. A etnoeducação pode, assim, incorporar esses conhecimentos nas escolas e práticas pedagógicas, reconhecendo essas perspectivas.

Dessa forma, percebe-se que a temática da etnoeducação é ampla e pode contribuir em diversas áreas do conhecimento.

Além disso, a etnoeducação visa combater a discriminação e o preconceito contra os povos indígenas, promovendo a valorização de sua cultura e a desconstrução de estereótipos negativos. Busca-se, assim, uma educação que respeite e reconheça a pluralidade cultural e étnica do país, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Apesar dos avanços na implementação da etnoeducação, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados, como a falta de infraestrutura, a escassez de professores capacitados e a ausência de materiais didáticos adequados, entre outros.

Como afirma Costa (2018, p. 14) Apesar deste cenário, em que as políticas públicas se revelam carentes e desinteressadas pelo avanço dos processos educativos, vêm-se percebendo crescentes iniciativas, por parte da sociedade civil – por vezes em articulação com o poder público –, cada vez mais aproximadas da educação democrática ou educação progressista.

Os povos indígenas têm sido vítimas de perseguição por parte da sociedade dominante. Diante dessa realidade, o Estado brasileiro tem a obrigação de proteger os interesses dos povos indígenas e garantir seu direito às terras tradicionais. Contudo, como proteger os cidadãos se eles desconhecem seus próprios direitos? Não é por acaso que a Lei nº 6.001/73 instituiu o Curso de Diplomação para os povos indígenas, mas esse curso tem se mostrado insuficiente para garantir o exercício pleno desses direitos pelas comunidades. A etnoeducação deve ser um componente essencial para alcançar esses objetivos.

Quando têm acesso a uma educação que valoriza sua cultura e história, os povos indígenas se tornam mais capacitados para enfrentar os desafios de suas comunidades, buscando soluções sustentáveis e mantendo a harmonia com o meio ambiente. A importância da etnoeducação para os povos indígenas torna-se evidente ao considerarmos os graves problemas que enfrentam, como a perda de territórios, a conversão forçada de suas práticas culturais e o desrespeito aos seus direitos humanos.

Por meio da aplicação dos princípios da etnoeducação, é possível abordar essas questões de forma integrada, promovendo a conscientização, a valorização da identidade indígena e a resolução de conflitos. Além disso, a etnoeducação contribui para o fortalecimento das línguas indígenas, possibilitando que esses idiomas sejam transmitidos e preservados para as futuras gerações (SILVA e RAMOS, 2018).

A etnoeducação está relacionada ao reconhecimento da identidade cultural indígena e à valorização de suas especificidades. A partir do desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a realidade e a cosmovisão dos povos indígenas, torna-se possível oferecer uma educação mais inclusiva e significativa para essas comunidades.

A etnoeducação também contribui para o fortalecimento das relações comunitárias e para o resgate da autoestima dos povos indígenas, frequentemente marginalizados pela sociedade em geral. Trata-se de uma abordagem pedagógica que reconhece e valoriza as diferentes culturas e saberes desses povos, promovendo uma educação inclusiva e respeitosa aos seus direitos e tradições.

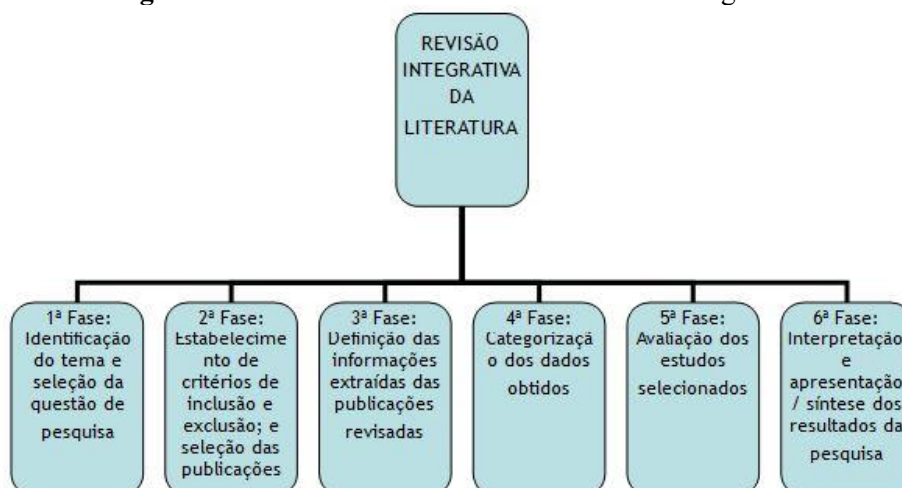
A importância da etnoeducação para os povos tradicionais é imensa, pois permite que a educação seja contextualizada à realidade e às necessidades dessas comunidades. Ao resgatar e valorizar a cultura indígena, a etnoeducação contribui para o fortalecimento da identidade desses povos, para a preservação de suas tradições e para o desenvolvimento de um senso de pertencimento e orgulho, fundamentais para a construção de uma sociedade mais equitativa e respeitosa.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido com uma abordagem qualitativa, considerando que, a criteriosa análise está relacionada ao valor dos conceitos e ao nível de significância da pesquisa. O foco desta investigação é identificar as implementações e pesquisas na área da etnoeducação que vêm se expandindo no contexto brasileiro, especialmente na Amazônia Legal, com ênfase nos povos tradicionais nos últimos treze anos.

O processo metodológico utilizado foi a revisão integrativa da literatura, uma vez que esta é “a abordagem metodológica mais ampla referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado” (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, p. 103).

Nesse contexto, acreditamos que o método escolhido possibilita a elaboração de estudos que melhor respondam à questão-problema e ao objetivo da pesquisa. Dessa forma, foram identificados os principais artigos em dois bancos de dados de grande relevância nos principais indexadores brasileiros. As etapas da revisão integrativa seguiram a concepção proposta por Nobrega et al. (2014).

Figura 1. Fases de desenvolvimento da revisão integrativaFonte: Nóbrega *et al.* (2014).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É importante destacar que o objetivo desta pesquisa foi verificar quais pesquisas e ações com foco na etnoeducação estão sendo desenvolvidas em prol dos povos tradicionais, em especial os povos indígenas. Os critérios de inclusão foram: a) recorte temporal entre 2010 e 2024, considerando a data de realização da pesquisa; b) texto em formato PDF eletrônico gratuito em língua portuguesa; c) presença do termo “etnoeducação” no título do artigo; d) alinhamento com os objetivos e métodos de etnoeducação voltados aos povos tradicionais. O critério de exclusão abrangeu todos os artigos que não se enquadrassem nos critérios de inclusão.

Na busca, utilizou-se o operador booleano “Etnoeducação” em língua portuguesa. Ao realizar a pesquisa, constatou-se uma baixa quantidade de artigos científicos disponíveis nas bases de dados da Capes e SciELO, sobretudo os que focam no Brasil e na Amazônia.

Nos dados encontrados na base de periódicos da Capes, foram identificados 29 (vinte e nove) artigos em geral, nacionais e internacionais, dos quais apenas 10 (nove) eram artigos nacionais. Na busca realizada na SciELO, foram encontrados apenas 2 (dois) artigos, sendo um de origem nacional e outro internacional. Dessa forma, apenas 10 artigos se enquadraram na seleção final, uma vez que havia duplicação de artigos nas duas plataformas.

Quadro 1. Sistematização dos artigos selecionados para a revisão integrativa da literatura

Base	Título	Autores	Revista	Ano de publicação
SCIELO	<i>Etnoeducação patrimonial: reflexões antropológicas em torno de uma experiência de formação de professores</i>	Gilmar Rocha, Adriana Russi, Johnny Alvarez.	Revista Pro-Posições	2013
CAPES	<i>Etnoeducação e educação básica diferenciada para povos indígenas e comunidades quilombolas no Brasil: um desafio para a promoção do etnodesenvolvimento.</i>	Moraes, Nelson Russo de; Souza, Fernando da Cruz.	Revista Educação – Santa Maria	2022
CAPES	<i>O “TORÉ” E O ENSINO DE GEOGRAFIA: as músicas indígenas na etnoeducação</i>	Silva, Sidnei Felipe da; Ramos, Leandro Da Silva.	Revista eletrônica da graduação/pós-	2018

	<i>Potiguara da Paraíba.</i>		graduação em educação UFG/REJ	
CAPEs	<i>Na escola os saberes tradicionais: Etnoeducação, cultura e patrimônio.</i>	Russi, Adriana; Alvarez, Johnny.	Revista Mouseion	2016
CAPEs	<i>Extensão, pesquisa-ação e desenvolvimento local: articulações entre universidades comunitárias e povos indígenas.</i>	Brand, Antônio Jacó; Marinho, Marcelo.	Revista Em Extensão	2011
CAPEs	<i>Artesanato tradicional em Oriximiná (Brasil): do inventário ao protagonismo Katxuyana e seus saberes tradicionais.</i>	Russi, Adriana	e-cadernos CES	2014
CAPEs	<i>Comunicação, cultura, educação escolar diferenciada e etnoeducação: considerações iniciais.</i>	Zoia, Alceu ; Porto Junior, Francisco Gilson Rebouças ; Moraes, Nelson Russo de	Revista Observatório	2021
CAPEs	<i>À beira do rio e à margem da história: (re)ocupando espaços através da etnoeducação patrimonial e da reexistência de uma comunidade quilombola no Guaporé afro-amazônico</i>	Cardoso de Mello, Louise.	Cadernos Lepaarq	2024
CAPEs	<i>Aprender e ensinar de modo circular e não totalitário: ensaios em etnoeducação com quilombolas na região amazônica</i>	ALVAREZ, Johnny	Revista Eletrônica De Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde	2023
CAPEs	<i>Experiências de pesquisa em educação escolar indígena: reflexões sobre práticas etnoeducacionais em Altamira, PA</i>	SANTOS, Kátia Barros; SOUZA, César Martins de; OLIVEIRA, Francisco Pereira de	Revista Tellus	2022

Fonte: Elaborado pelos os autores. (2024)

Nos estudos de Rocha, Russy e Alvares (2013), são explicitados resultados de projetos de extensão sobre educação patrimonial na cidade de Oriximiná, localizada no Baixo Amazonas, no estado do Pará. Esses projetos buscam trazer contribuições significativas a partir de experiências com comunidades locais. O objetivo principal é contribuir para a formação de professores, em especial aqueles que atuam em comunidades tradicionais locais. O projeto visa oferecer uma perspectiva inovadora aos docentes, valorizando o patrimônio cultural local e incentivando a sua integração nas práticas educativas, promovendo um olhar atento e valorizador da cultura local. A metodologia utilizada na pesquisa foi a etnografia em diversas comunidades.

Nos estudos de Moraes e Souza (2022), buscou-se evidenciar o conhecimento da realidade histórica e antropológica no contexto das políticas públicas para os povos indígenas e comunidades quilombolas. A produção de dados foi construída a partir de três perspectivas de pesquisa sobre etnoeducação, com foco nas comunidades indígenas e quilombolas, realizadas

em duas universidades públicas, UFT e UNESP, sob a supervisão do GEDGS (Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social), entre 2015 e 2021. No que tange aos resultados, as três pesquisas consolidadas destacam: I) uma pesquisa financiada pelo CNPq e pela Unesp sobre a organização e projetos educacionais voltados para as comunidades tradicionais amazônicas; II) duas pesquisas sobre políticas públicas educacionais direcionadas aos povos indígenas; III) uma pesquisa sobre percepções de oralidade, utilizando-a como suporte para a produção de dados. Os autores concluem que as pesquisas se direcionam a uma perspectiva de educação de qualidade, específica e adequada aos anseios e saberes das populações tradicionais, fundamentada no conceito de etnodesenvolvimento.

No texto de Silva e Ramos (2018), é ressaltada a música como um instrumento imprescindível para a etnoeducação indígena no ensino da geografia com os indígenas Potiguara na Paraíba. Os povos Potiguara possuem uma cultura rica em tradições, e a música “Toré” está presente em diversas dimensões de suas atividades, como pesca, caça e agricultura. Nesse contexto, os autores buscam entender de que forma o Toré contribui para o ensino da geografia. Assim, o Toré é visto como um elemento fundamental a ser implementado no ensino escolar dos povos Potiguara, uma vez que contribui para a afirmação da identidade indígena. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica sobre geografia e etnoeducação, com análises documentais e o uso dos Referenciais Curriculares para a Educação Indígena (RCNEI, 2005). Como resultado, os autores destacam que a música Potiguara pode ser uma importante ferramenta para o ensino da geografia, incentivando os alunos indígenas a vivenciar sua cultura no ambiente escolar enquanto aprendem novos conteúdos.

Russi e Alvarez (2016) realizaram estudos sobre a formação de professores com foco em saberes culturais tradicionais e identidades sensíveis, dentro da perspectiva da etnoeducação, especialmente para docentes em atuação em escolas indígenas no município de Oriximiná, Pará. As escolas estudadas estão localizadas em comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas. Os autores exemplificam a difusão de projetos e formações com os povos Katxuyana, incluindo atividades sobre etnoeducação e práticas que integram elementos da realidade local, como pesca, caça, artesanato e pintura corporal. A partir dessas reflexões, os pesquisadores e docentes são convidados a pensar e aprimorar suas práticas pedagógicas. Nesse sentido, a etnoeducação revela-se fundamental na valorização da cultura e da socioculturalidade dos povos tradicionais.

Nos estudos de Brand e Marinho (2011), são abordadas experiências por meio da pesquisa-ação nos territórios indígenas Kaiowá e Guarani, em Mato Grosso do Sul, que enfrentam desafios significativos, sobretudo nas áreas de saúde e educação, em virtude das condições locais e da degradação cultural. Nesse cenário, a pesquisa-ação desempenha um papel inovador, permitindo que os autores, através da etnoeducação e dos conhecimentos culturais locais, desenvolvam pesquisas cujos resultados são divulgados em artigos e dissertações, contribuindo para a comunidade científica e inspirando novos projetos de extensão.

Russi (2014) contribuiu com sua pesquisa sobre o artesanato em Oriximiná, no Baixo Amazonas, Pará. O estudo se dedicou ao artesanato e à etnoeducação, vinculando-se ao projeto de extensão da Universidade Fluminense que vem sendo desenvolvido na cidade. Esse projeto proporciona uma perspectiva inovadora, em que os índios Katxuyana passaram a ser pesquisadores dos seus próprios saberes tradicionais, especialmente em relação ao artesanato.

Zoia et al. (2021) apresentam um conjunto de estudos que envolve inúmeros pesquisadores, estudantes e professores empenhados em evidenciar a aproximação entre o conhecimento científico e o saber dos povos originários, incluindo comunidades indígenas, quilombolas, geraizeiras, ribeirinhas, caiçaras, povos de terreiros, vazanteiros, entre outros. No contexto da cultura e da etnoeducação, esses estudos demonstram a presença da etnoeducação em diversas perspectivas, principalmente como um processo educativo dos povos tradicionais. Os pesquisadores identificaram 15 trabalhos que destacam a aproximação entre o conhecimento científico e os saberes dos povos tradicionais, abrangendo diversos campos do conhecimento e áreas formativas, considerando a diversidade multicultural desses grupos.

Nos estudos de Cardoso Melo (2024), que têm como o título “À beira do rio e à margem da história: (re)ocupando espaços através da etnoeducação patrimonial e da reexistência de uma comunidade quilombola no Guaporé afro-amazônico.” Este artigo discute a segunda fase da iniciativa de etnoeducação patrimonial “Por um Museu do Forte Vivo”, que faz parte de um projeto de arqueologia comunitária com os alunos quilombolas do Forte Príncipe da Beira (Costa Marques/RO), após o retorno das aulas presenciais. Com o reconhecimento do IPHAN por meio do Prêmio Luiz de Castro Faria 2022, o projeto agora busca aplicar as lições aprendidas durante a pandemia. Os resultados dessa abordagem são analisados à luz da arqueologia da reexistência e dos estudos afro-latino-americanos, contribuindo para o debate sobre a multivocalidade nos processos de patrimonialização e nas disputas de memórias.

De acordo com Alvarez (2023) no estudo: “Etnoeducação e educação básica diferenciada para povos indígenas e comunidades quilombolas no Brasil: um desafio para a promoção do etnodesenvolvimento.” Neste texto, os autores discutem a experiência da etnoeducação desenvolvida na escola Nossa Senhora da Aparecida, localizada na comunidade quilombola Boa Vista do Cuminã, na região de Oriximiná (PA). Baseando-se no histórico de um grupo de extensão, pesquisa e intervenção em etnoeducação da Universidade Federal Fluminense, que, ao longo de oito anos, promoveu a formação coletiva de diversos educadores. A etnoeducação utiliza a etnografia como metodologia para ativar dispositivos comunitários e coletivos de ensino e aprendizagem. Nesse processo, a transdisciplinaridade desafia as hierarquias e as disciplinas tradicionais da “escola” e da vida comunitária, promovendo o protagonismo das “agências”, tanto individuais quanto coletivas, nas ações de etnoeducação. Ao final deste artigo, os autores relatam uma experiência coletiva de ensino e aprendizagem na comunidade quilombola de Boa Vista do Cuminã.

É evidenciado nos estudos de Santos, Souza, Oliveira (2022), com o título “Experiências de pesquisa em educação escolar indígena: reflexões sobre práticas etnoeducacionais em Altamira, PA” no qual o artigo visa apresentar experiências e reflexões sobre a pesquisa em Educação Escolar Indígena no Médio Xingu, especificamente em Altamira, Pará, Brasil. A pesquisa aborda os conceitos de etnicidade e grupos étnicos, utilizando a perspectiva antropológica para explorar diferentes contextos sociais e culturais, enfatizando as relações sociais e identitárias. Os métodos incluem análise documental, pesquisa bibliográfica e qualitativa, com foco em estudos de campo. Utilizam-se observações participativas e análises interpretativas para compreender melhor o ambiente pesquisado. As experiências são coletadas em reuniões, seminários e congressos em Altamira, envolvendo diversas etnias (Juruna, Xipaya, Kuruaya, Arara, Kayapó, Xikrin, Asuriní, Araweté e Parakanã). Esse processo é fundamental para refletir sobre as práticas etnoeducacionais de maneira sensível e próxima. As teorias de Barth (2000), Santos (2008), Boaventura Santos (2008), Bonin (2012) e André (1995) fundamentam as discussões. O artigo conclui que, a Educação Escolar Indígena está em desenvolvimento como uma política que valoriza os saberes e práticas locais dos indígenas, embora ainda enfrente desafios devido à influência histórica da sociedade capitalista e elitista.

Com base na análise dos artigos disponíveis no SciELO e nos periódicos da Capes, evidenciou-se que há uma quantidade limitada de pesquisas que contemplem a etnoeducação no Brasil e na Amazônia brasileira, especialmente aquelas que empregam metodologias inovadoras e se direcionam aos povos originários e populações tradicionais. No que diz respeito aos resultados desta pesquisa, a maioria dos estudos identificados é inovadora, pois muitos deles são desenvolvidos por meio de projetos de extensão e pesquisas de campo com povos tradicionais, incluindo indígenas e quilombolas. Tais estudos apresentam resultados fundamentais, abordando temas como educação, cultura, dança e patrimônio cultural, uma vez que a etnoeducação desempenha um papel essencial ao integrar todos esses elementos.

Verificou-se também que três estudos apresentavam similaridades, ambos realizados na cidade de Oriximiná, na mesorregião do Baixo Amazonas, Pará. O primeiro estudo tratou da formação de professores que atuam nas comunidades tradicionais locais, incentivando os docentes a terem uma perspectiva reflexiva sobre os patrimônios culturais locais e como poderiam integrá-los em

suas práticas educativas. O segundo estudo abordou a importância do artesanato dos índios Katxuyana, relacionando-o ao fortalecimento de sua identidade cultural. E o terceiro estudo discute a experiência da etnoeducação desenvolvida na escola Nossa Senhora da Aparecida, localizada na comunidade quilombola Boa Vista do Cuminã, na região de Oriximiná (PA). Sob essa ótica, é possível inferir que alguns trabalhos, especialmente aqueles de extensão, são realizados na Amazônia devido à grande concentração de povos indígenas e ribeirinhos nessa região, conforme ilustrado na Figura 2 a seguir.

Figura 2. Concentração de povos tradicionais em Oriximiná-Pará



Fonte: Comissão Pro-índio São Paulo (2024)

No que tange aos autores, foram constatadas similaridades nas pesquisas sobre etnoeducação, especialmente em relação a alguns pesquisadores. Por exemplo, a pesquisadora Adriana Russi, do Departamento de Artes e Estudos Culturais da Universidade Federal Fluminense (UFF), atua como professora e coordenadora de projetos de extensão. Seus estudos estão concentrados na área de museus e artesanato com povos tradicionais, sobretudo no campo da etnoeducação. Neste estudo, foram evidenciadas três pesquisas sobre etnoeducação envolvendo sua participação.

Outro pesquisador com contribuições relevantes em etnoeducação é Johnny Menezes Alvarez, cujas pesquisas são frequentemente realizadas em coautoria com Adriana Russi. Alvarez é professor associado II do Instituto de Psicologia (IPS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e tem contribuído significativamente para os estudos na área.

Outro pesquisador com trabalhos no campo da etnoeducação é Nelson Moraes, da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Moraes ministra aulas nos cursos de Sociologia, Filosofia, Comunicação e Gestão Social. Sua atuação tem gerado contribuições significativas para os estudos de etnoeducação, sendo que, neste estudo, seu nome foi identificado em duas publicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etnoeducação no Brasil tem como objetivo promover a conscientização e o respeito aos diversos grupos culturais e étnicos do país, incluindo as tribos indígenas, que foram historicamente marginalizadas e maltratadas. Através da educação, é possível trabalhar em prol de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora, que valoriza e celebra a diversidade.

Este estudo teve como objetivo analisar pesquisas que abordam a etnoeducação, com foco particular na aproximação dessas iniciativas voltadas aos povos originários no Brasil e na Amazônia. A análise foi realizada em dois repositórios de acesso digital seguro: o Portal de Periódicos da CAPES e a SciELO (Scientific Electronic Library Online).

Os resultados evidenciaram a relevância e o potencial de empoderamento das pesquisas brasileiras em relação à etnoeducação, destacando a importância dos projetos de extensão e dos resultados de estudos realizados junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais. No entanto, percebe-se ainda uma escassez de pesquisas voltadas para a etnoeducação no território nacional, especialmente na região amazônica.

Nesse contexto, aponta-se a necessidade de novas pesquisas que explorem a temática da etnoeducação, especialmente aquelas que reforcem os elos culturais dos povos tradicionais, como a música, o artesanato, os saberes culturais, a alimentação, entre outros. Essas pesquisas são fundamentais não apenas para reconhecer e fortalecer o empoderamento dos povos indígenas e tradicionais, mas também para ajudar na formulação de estratégias que fomentem processos de inclusão, políticas públicas e políticas culturais através da etnoeducação para esses grupos.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, J. M. Aprender e ensinar de modo circular e não totalitário: ensaios em etnoeducação com quilombolas na região amazônica. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 17, n. 4, p. 800-814, 2023.
- BRAND, A., & MARINHO, M. Extensão, pesquisa-ação e desenvolvimento local: articulações entre universidades comunitárias e povos indígenas. *Revista Em Extensão*. ISSN, 1982, 7687, 2011.
- CARDOSO D. M. L. À beira do rio e à margem da história: (re)ocupando espaços através da etnoeducação patrimonial e da reexistência de uma comunidade quilombola no Guaporé afro-amazônico. *Cadernos Do LEPAARQ (UFPEL)*, 20(40), 107-124, 2024.
- COSTA, Y. C. A etnoeducação como um instrumento de potencialização do direito à educação. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. 2018.
- SILVA, S. F.; SILVA RAMOS, Leandro. O “TORÉ” E O ENSINO DE GEOGRAFIA: as músicas indígenas na etnoeducação Potiguar da Paraíba. *Itinerarius Reflectionis*, v. 14, n. 2, p. 01-20, 2018.
- NÓBREGA, V. M. S. et al. Atividade física na gestação: uma revisão integrativa da literatura. (2014) https://efdeportes.com/efd199/atividade-fisica-na-gestacao_uma-revisao.htm
- ROCHA, G.; RUSSI. A.; ALVAREZ, J. Etnoeducação patrimonial: reflexões antropológicas em torno de uma experiência de formação de professores. *Pro-posições*, v. 24, p. 55-67, 2013.
- RUSSI, A. Artesanato tradicional em Oriximiná (Brasil): do inventário ao protagonismo Katxuyana e seus saberes tradicionais. *e-cadernos CES*, n. 21, 2014.
- RUSSI, A.; ALVAREZ, J. Na escola os saberes tradicionais: etnoeducação, cultura e patrimônio. *Revista Mouseion*, n. 23, p. 105-127, 2016.
- SANTOS, K. B.; SOUZA, C. M.; OLIVEIRA, F. P. (2022). Experiências de pesquisa em educação escolar indígena: reflexões sobre práticas etnoeducacionais em Altamira, PA. *Tellus*, 21(46), 85–111. <https://doi.org/10.20435/tellus.v21i46.75>
- SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein* (São Paulo), v. 8, p. 102-106, 2010.

TOURNEAU, F. M. L. O governo Bolsonaro contra os Povos Indígenas: as garantias constitucionais postas à prova. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 501, 2019.

ZOIA, A.; JÚNIOR, F. G. R. P.; DE MORAES, N. R. Comunicação, cultura, educação escolar diferenciada e etnoeducação: considerações iniciais. *Revista Observatório*, v. 7, n. 1, p. ed_pt-ed_pt, 2021.